

Um Brasil para os brasileiros

Emir Sader

1. **Soberania** significa, segundo o Dicionário Aurélio, a "propriedade que tem um Estado de ser uma ordem suprema que não deve sua validade a nenhuma outra ordem superior".

2. A soberania de uma **nação** está determinada pela sua capacidade para decidir e pôr em prática, conforme seus próprios interesses e por seus próprios meios, as deliberações que se referem aos seus interesses. Um Estado não soberano é, por exemplo, uma colônia, submetida ao governo de uma potência estrangeira. Ou então um Estado que, sendo oficialmente independente, na verdade está subordinado, em questões essenciais, a potências ou forças externas.

3. Os países da América Latina se tornaram independentes — em sua quase totalidade — a partir do começo do século passado, libertando-se politicamente da colonização espanhola e portuguesa. No entanto, como o processo de dependência não é apenas de ordem política, mas tem uma base econômica e social, na realidade se deu uma transferência de dependência dos países do continente da esfera de influência ibérica para a da Inglaterra, principal potência mundial naquela época.

Politicamente se estabeleceram Estados nacionais, com seus próprios exércitos e administrações, mas economicamente teve continuidade o modelo primário exportador que já havia caracterizado a esses países desde os primórdios da colonização. Somente que agora o grande interlocutor — e beneficiário — das compras de nossos produtos e da venda dos seus, passou a ser a Inglaterra.

A partir de fins do século passado, quando a economia capitalista mundial ingressa à etapa caracterizada como imperialista, os Estados Unidos passam a despontar como nova potência hegemônica ascendente, papel que se consolidará com as duas guerras mundiais, já durante o século atual. Paralelamente vai se dando um novo processo de transferência da dependência, agora da esfera inglesa para a norte-americana, situação que prossegue até os dias de hoje.

4. Hoje o Brasil é considerado um país soberano politicamente: elege seus governantes sem influência determinante aparente do exterior,

decide por suas próprias instâncias as políticas que porá em prática, possui seu próprio exército, tem capacidade de defesa sobre suas fronteiras, cumpre seus compromissos econômicos internacionais — entre outros critérios.

No entanto, essa soberania formal se choca com a falta de autonomia no plano econômico que, por sua vez, agirá de volta sobre as estruturas políticas.

A título de exemplos, se pode mencionar a dimensão e o lugar estratégico que ocupa o capital estrangeiro no país. Sua participação é majoritária em todos os setores estratégicos da economia brasileira. Na indústria farmacêutica, detêm 100% de controle; na produção de automóveis, 99,8%; na eletrônica, 77,9%; na de metais e afins, 63,8%; na de máquinas e equipamentos, 59,4%; na distribuição de petróleo, 61,2%. O subsolo brasileiro está apropriado por empresas multinacionais, fazendo-se igualmente donas do alumínio, do ferro, do manganês, do ouro, do chumbo, do estanho, do níquel, do amianto, do nóbio.

Esse domínio econômico se complementa com a tutela exercida sobre a economia do país através da dívida externa, mediante a qual os grandes bancos internacionais estatais e privados, juntamente com o FMI, tem o poder de definir os limites de ação dos governos brasileiros em todos os planos.

Através do pagamento da dívida externa e de seu serviço, assim como da exportação de lucros das empresas estrangeiras, o Brasil se transformou também em **exportador de capital**, isto é, sai muito mais capital do País para os grandes centros metropolitanos, do que entram recursos, sob forma de investimentos ou de empréstimos.

Essa situação evidentemente atenta contra a soberania nacional. Foi resultado de opções políticas sobre o modelo econômico a adotar pelo país, que desembocou numa situação de dependência profunda em relação a potências estrangeiras — governos, bancos e multinacionais.

5. A transformação dessa situação requer uma mudança nas opções políticas fundamentais do país, priorizando o esforço nacional em função das necessidades básicas

da maioria da população. Opção esta que se choca com o interesse das grandes empresas multinacionais, das empresas financeiras internacionais e das grandes potências capitalistas.

Ela supõe portanto um amplo processo de mobilização interna, que acumule o apoio social e político do país para poder suspender o pagamento da dívida externa, nacionalizar os grandes bancos e empresas multinacionais e mo-

nopólicas, realizar a reforma agrária e criar assim as bases para um desenvolvimento econômico voltado para as necessidades do povo brasileiro.

O processo constituinte pode contribuir para isso, em primeiro lugar, pela mobilização da consciência nacional, democrata e popular do povo em torno da questão da soberania nacional. Em segundo lugar, definindo esferas de atividade estratégica, que se rela-

cionam diretamente com a soberania nacional e que ficam vedadas ao capital estrangeiro. Em terceiro lugar, definindo limites claros para o processo de monopolização da economia, com uma lei antimonopolista e mecanismos populares de controle sobre os grandes trusts.